

Dívida é problema político, diz CEE

por Rodrigo Mesquita
de Granada

O saldo final das conversações que mantiveram no sábado os ministros de Relações Exteriores da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e os chanceleres latinos do Grupo dos Oito na cidade de Granada, na Espanha, foi "altamente positivo". Essa a expressão utilizada pelo representante argentino, Dante Caputo, quando explicou a este jornal que "foi a melhor reunião que tivemos com os europeus".

Caputo foi o encarregado de falar em nome dos oito chanceleres — sete, com a exclusão temporária do Panamá — e fez uma contundente indagação: "A quanta pobreza poderá resistir a liberdade?", pergunta, citando o "Documento do Rio" elaborado pelos ministros da Economia dos oito, no Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado.

A impressão que se recolhia junto aos latino-americanos (participaram Roberto de Abreu Sodré, pelo Brasil, Dante Caputo, Argentina; Julio Londoño, Colômbia; Fernando Solana, México; Guillermo Cox, Peru; Luiz Barrios Tassano, Uruguai; e Enrique Tejera, Venezuela) confirmava a avaliação do chanceler argentino. O uruguaio Barrios Tassano disse, a este jornal que o consenso alcançado coincidia, basicamente, com as propostas originais do "Consenso de Cartagena", o primeiro documento importante dos endividados da América Latina.

O consenso a que se chegou na reunião foi resumido por Barrios Tassano e o chanceler espanhol, Francisco Fernández Ordóñez. Ambos afirmaram que o fundamental foi o estabelecimento de um marco político a partir do qual deve ser encarada a crise da dívida.

CONSENSO

Esse "marco" se resumiu em quatro pontos:

1) a dívida é um problema político e social porque dificulta a estabilidade econômica dos países latino-americanos e das democracias recentes;

2) a dívida não é só um problema de devedores e credores. É um problema internacional que implica conceito de "segurança compartilhada";

3) a dívida não só limita apenas a dívida do passado, mas também a dívida do futuro;

4) tanto a dívida velha quanto a dívida nova só poderão ser pagas por meio do aumento das receitas resultantes do incremento do comércio. De onde surge a necessidade de que as regras do jogo (comercial) sejam transparentes, previsíveis e estáveis.

A intervenção do presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, foi a que causou maior surpresa pela franqueza e pelo peso da sua responsabilidade como "o homem que comanda" na prática a comunidade.

Delors, disse que "nada disso (a dívida) pode ser tratado sem realismo político". E revelou que desde o ano passado a comissão que preside tenta encontrar consenso sobre a questão para ser levado à reunião dos sete grandes em julho, na capital francesa. Algo semelhante, disse, ao que aconteceu na reunião dos sete mais desenvolvidos em julho do ano passado, em Toronto, no Canadá. Naquela ocasião se aprovou uma proposta em torno do perdão da dívida dos mais pobres.

Agora é a vez das nações de renda média — eufemismo no qual se incluem os países latino-americanos —, disse Delors para os mais de cem jornalistas que cobriram a reunião. Entre as dificuldades para se chegar a um consenso, Delors cita três principais:

1) não criar expectativas falsas. "Há que ter soluções concretas e não anunciar algo que depois não se está disposto a cumprir";

2) a questão da condicionalidade — soluções ligadas a programas de ajuste econômico. "Esse conceito de condicionalidade não pode limitar-se a soluções do tipo sarar e morrer", afirmou. "Para isso, é indispensável que a condicionalidade seja mais flexível";

3) a transferência para o setor público da solução do problema.

Nesse ponto, o presidente da Comissão Europeia foi bastante claro ao especificar as objeções que levantam diversos governos europeus — especialmente Bonn e Londres — sobre o principal mecanismo previsto no Plano Brady. "Há o risco de que a responsabilidade que assumiram os bancos seja transferida aos estados e aos contribuintes. Isso seria uma precedente negativo e que não corresponde à responsabilidade de uma economia de mercado." E colocou o dedo numa ferida que promete

complicar-se, "se os bancos conseguiram fazer provisões — a maioria dos bancos europeus tem uma cobertura em seus balanços entre 70 e 100% do risco de dívida —, devido a facilidades fiscais que tiveram no momento, agora podem vender a dívida pelo valor de face ou abandoná-las".

BENEFÍCIOS FISCAIS

Nos bastidores da reunião circulava a informação de que o Deutsche Bank (o número 1 da Alemanha) estaria exercendo fortes pressões para que o governo de Bonn aceitasse o Plano Brady. Na sua intervenção, o ministro alemão, Hans-Dietrich Genscher, afirmou que países credores deveriam adotar uma legislação fiscal semelhante à alemã, que permite deduzir do Imposto de Renda os créditos não pagos.

A necessidade de homogeneizar as legislações fiscais dos países credores para que, como disse Delors, "os contribuintes franceses e britânicos não paguem pelos norte-americanos", foi uma exigência reconhecida em diferentes graus por todos os europeus. O britânico, "sir"

Geoffrey Howe, entretanto, preferiu manter uma atitude cautelosa, contrária à contumácia que costuma exibir a diplomacia do governo Thatcher. Não se deve esperar milagres, disse, acrescentando que há diversos problemas globais "com drogas e terrorismo".

Howe, por outro lado, junto com Genscher e Van der Brook, da Holanda, normalmente apontados como os opositores a uma solução de Brady apoiou Delors durante a reunião quando este se referiu à necessidade de ampliar os prazos de carência e manter taxas de juro fixas.

Isso viria confirmar — segundo um observador espanhol, que assistiu à reunião — o diagnóstico básico de que o consenso político existe. Nesse contexto, a intervenção do francês Roland Dumas circunscreveu-se a uma avaliação geral dentro da linha política que converge com a Espanha, de que a crise da dívida necessita de uma solução urgente via setor público, podendo chegar inclusive ao perdão total. Dumas, entretanto, proporcionou a outra grande manchete do encontro. O repre-

sentante francês convidou os presentes a participar de uma nova rodada de conversações durante a presidência francesa da CEE — a França sucede à Espanha a partir do dia 1º de julho — e anunciou a intenção do governo francês (ver matéria no quadro) de realizar um novo "Bretton Woods" — a célebre conferência que lançou as bases da economia mundial em 1944, com a criação do FMI e do Banco Mundial para discutir uma nova ordem econômica internacional.

O chanceler português, João de Deus Pinheiro, se mostrou cético quanto à possibilidade de uma definição antes da reunião dos sete grandes em Paris como pretendem, em princípio, as diplomacias espanhola e francesa. Em declarações a este jornal disse que "temos de ser realistas. Não podemos esperar que tudo se resolva de um dia para o outro". O chanceler português espera que até a reunião do Conselho Europeu (reunião de chefes do governo da CEE que marcará o fim da presidência francesa, em dezembro deste ano) "já se possa ter coisas concretas".

LATINOS

A demora na solução da crise da dívida foi uma preocupação constante dos latino-americanos. "Nosso tempo — o das democracias pobres — não são os mesmos que os vossos — o das democracias ricas", insistia Dante Caputo. No que era secundado pelo mexicano Fernando Solana, que afirmava: "Trazer o sentido de urgência que se manifesta nas ruas" do continente. E avisava: "A América Latina transferiu US\$ 180 bilhões de 1982 a 1988; isso já não vai ser assim".

O brasileiro Roberto de Abreu Sodré, por sua parte, aproveitou para fazer uma defesa das posições do governo Sarney na questão da ecologia.

Tanto europeus quanto latino-americanos foram unânimes em considerar que o encontro de Granada foi a continuação de um processo que tem a sua próxima data em maio, na Costa Brava espanhola. Nesse mês, perto da cidade de Girona, vão se reunir os ministros de Economia da Comunidade para acertar a posição que será levada para o Conselho Europeu de junho, em Madri.